

Estudo Técnico Preliminar 56/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 48340.002228/2024-95

2. Objeto

Trata-se da contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de prevenção e combate a princípios de incêndios e acidentes, incluindo fornecimento de material de brigada, salvamentos e primeiros socorros, com fornecimento de insumos, para ser executado no Bloco “U”, sede do Ministério de Minas e Energia, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília-DF, em grupo único, observadas as condições a serem estabelecidas no Termo de Referência - TR.

Os serviços são de natureza continuada, pois, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e funcionamento das atividades do MME, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação do atendimento ao público e o cumprimento da missão institucional.

Os serviços são de caráter essencial, por força do Regulamento de Segurança Contra Incêndio e Pânico no Distrito Federal, aprovado pelo Decreto Distrital nº 21.361, de 20 de julho de 2000, combinado com a Norma Técnica nº 07 /2011-CBMDF, aprovada pela Portaria nº 016 - CBMDF, de 28 de fevereiro de 2011, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Trata-se de serviço comum, posto que todas as atividades a serem desenvolvidas se darão por profissionais cuja categoria é reconhecida legalmente e estão relacionadas na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, cujos serviços são comparáveis entre si, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva:

- CBO 5771-10 - **Bombeiro Civil** - Brigadista Particular
- CBO 5103-05 - **Bombeiro Civil Líder** - Chefe de Brigada

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação Geral de Recursos Logísticos	Andrea Cristina Andrade Santos Carvalho
Coordenação de Atividades Gerais	Alvanir da Silva Carvalho

4. Descrição da necessidade

Descrição da Necessidade

A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de prevenção e combate a princípios de incêndios e acidentes, incluindo fornecimento de material de brigada, salvamentos e primeiros socorros, abandono de edificação e desenvolvimento de política prevencionista de segurança contra incêndio, a serem executados no Bloco “U” da Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF, sedes do Ministério de Minas e Energia e Ministério do Turismo.

É importante pontuar a urgência por descumprimento pela contratada atual, que não está cumprindo integralmente as obrigações contratuais. Foi verificado que os parâmetros exigidos na execução do serviço e na alocação dos insumos não estão sendo atendidos, sendo assim, o contrato não será renovado, provocando a necessidade de nova contratação.

A prestação dos serviços visa ainda preservar em tempo integral as instalações do edifício e substancialmente a integridade física da população (servidores, prestadores de serviços e visitantes), que se utiliza das suas dependências, de forma permanente ou eventual no ambiente de trabalho, bem como da necessidade de se observar as determinações constantes da Norma Técnica nº 007/2011 do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, agindo previamente às ações desta corporação e de outras unidades governamentais de prestação de primeiros socorros.

Objeto da contratação

A contratação em comento está em consonância com Planejamento Estratégico do MME de acordo com seus Objetivos e suas Dimensões Estratégicas, relacionada aos processos de suporte as atividades que dão sustentação aos processos finalísticos e de governança, mais precisamente no pilar relativo as pessoas, como pode ser visto em seu Mapa Estratégico 2024/2027 a seguir:



5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Em consonância com a legislação e normas que regulam o processo licitatório e visando a racionalização e eficácia da gestão, controle e fiscalização contratual, a contratação dos serviços brigada de incêndio deve considerar os seguintes requisitos básicos, que serão depurados ao longo deste Estudo Técnico Preliminar e/ou refletidos nas exigências do Termo de Referência:

- a) contratação de empresa especializada e com experiência comprovada e devidamente credenciada, ao tempo da contratação;
- b) desenvolvimento das atividades relacionadas aos serviços nas dependências dos Órgão;
- c) exigência de garantia de execução contratual que contemple também a cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e/ou previdenciária pela empresa contratada, com validade durante a vigência do contrato e mais 90 (noventa) dias após o seu encerramento;
- d) depósito pela contratada, em periodicidade mensal, de parte dos valores mensais correspondentes às férias, décimo-terceiro salário e verbas rescisórias dos empregados alocados na execução dos serviços, em conta de depósito vinculada, com movimentação condicionada à autorização dos órgãos ou entidades contratantes, conforme disciplina na INSEGES nº 5/2017;
- e) vedação da participação de cooperativas no processo licitatório, em consonância com o Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público da União - MPU e a União, representada pela AGU, em 5 de junho de 2003;
- f) estabelecimento de indicadores de desempenho para medição dos resultados da empresa contratada na execução do serviço; e
- g) quantificação de empregados terceirizados necessários para o desenvolvimento dos serviços a serem licitados estabelecida pelos órgãos e entidades contratantes.

Demais requisitos

A necessidade de atendimento imediato das demandas, requer, assim, a presença do profissional nas dependências do Ministério, ou seja, a brigada deve ser ostensiva e manter assim as mais diversas atividades requisitadas.

As exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal e trabalhista e de qualificação econômico-financeira são as usuais para generalidade dos objetos, conforme será disciplinado em modelo padronizado da Advocacia-Geral da União - AGU, nos termos do art. 29 da In 5/2017.

Os critérios de qualificação a serem atendidos pelo fornecedor serão os constantes no instrumento convocatório:

- A Contratada deverá enviar, quando solicitado pela Contratante, os comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem dos profissionais que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- A categoria profissional que será empregada no serviço deve estar dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sendo esta Bombeiro Civil (Brigadista) CBO 5171-10 e Bombeiro Civil Líder (Chefe de Brigada) - CBO 5103-05.
- os serviços deverão ser executados em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental previstas no Termo de Referência e neste instrumento durante a execução contratual;
- A licitante deve declarar que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- Os serviços devem ser executados em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, atendendo a critérios e práticas de sustentabilidade em especial as contidas no art. 6º da Instrução Normativa/SLT/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

Cumpra observar que os serviços de brigada de incêndio são normatizados, em seus parâmetros e requisitos mínimos. Assim, não há grande espaço para criação e inovação, pois em se tratando de serviços voltados ao

asseguramento da segurança de edificações e pessoas, os órgãos reguladores atuam no melhor detalhamento das condições da brigada de incêndio particular.

A contratação de serviços de brigada no Distrito Federal deve contemplar os requisitos fixados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF). Destacam-se as seguintes normas técnicas do CBMDF:

- Norma Técnica nº001/2002-CBMDF, que trata das exigências de sistemas de proteção contra incêndio e pânico das edificações do Distrito Federal;
- Norma Técnica nº 02/2016-CBMDF, que trata da definição do risco de incêndio para as edificações e áreas de risco do Distrito Federal, conforme suas ocupações e usos, que se refere Risco de Incêndio e Carga de Incêndio Decreto Distrital nº 21.361, de julho de 2000;
- Norma Técnica nº 006/2000-CBMDF, que trata sobre a emissão do Certificado de Credenciamento do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, para empresas e profissionais;
- Norma Técnica nº 007/2011-CBMDF, que trata da Brigada de Incêndio, fixando os critérios de dimensionamento, atribuições, formação e atuação das Brigadas de Incêndio em edificação e eventos no Distrito Federal; e
- Norma Técnica nº009/2002-CBMDF, que trata das condições mínimas de segurança exigíveis para a realização de atividades eventuais que estimulem a concentração de público superior a 200 (duzentas) pessoas.

Ainda, no âmbito exclusivo do DF, tem-se a observar a legislação correlacionada aos sistemas de proteção contra incêndio e pânico:

- 1) Decreto nº 21.361, de 20 de julho de 2000, que aprova o Regulamento de Segurança contra Incêndio e Pânico do Distrito Federal e, dentre outras, estabelece o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, por intermédio de seu órgão próprio, competente para estudar, elaborar normas técnicas, analisar, planejar, fiscalizar e fazer cumprir as atividades atinentes à segurança contra incêndio e pânico, bem como, realizar vistorias e emitir pareceres técnicos com possíveis consequências de penalidades por infração ao regulamento, bem como a brigada de incêndio particular como meio de administração da proteção contra incêndio e pânico;
- 2) Lei nº 2.747, de 20 de julho de 2001, que define as infrações e penalidades a serem aplicadas no caso de descumprimento das normas referentes a segurança contra incêndio e pânico no âmbito do Distrito Federal;
- 3) Decreto Distrital nº 23.154, de 9 de agosto de 2002, que regulamenta a Lei nº. 2.747, de 20 de julho de 2001.
- 4) Lei nº 5.766, de 14 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a obrigatoriedade e a frequência de realização de treinamento preventivo e implementação do Plano de Prevenção, Combate a Incêndio e Abandono - PPCIA nas edificações e nas atividades eventuais do Distrito Federal.

Destaca-se a obrigatoriedade de respeitar a regulamentação da profissão de Bombeiro Civil:

No que couber e não conflitar com a legislação aplicável e/ou com as normas do CBMDF, na prestação dos serviços de brigada de incêndio, a futura contratada deverá observar:

- 1) ABNT NBR 14608 - Bombeiro Civil Profissional, que estabelece os requisitos e procedimentos para composição, treinamento e atuação de bombeiros civis, para proteger a vida e o patrimônio, bem como reduzir as consequências sociais e os danos ao meio ambiente, no que não conflitar com as normas supra relacionadas;
- 2) ABNT NBR 14276– Programa de brigada de incêndio, estabelece os requisitos e procedimentos para composição, treinamento e atividades das brigadas de emergência de incêndio, para proteger a vida e o patrimônio, bem como para reduzir as consequências sociais e os danos ao meio ambiente;
- 3) ABNT NBR 15219 – Plano de emergência contra incêndio.

A contratada deverá fornecer o que estabelece o Art. 6º da Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a profissão de Bombeiro Civil e dá outras providências, conforme abaixo:

Art. 6º É assegurado ao Bombeiro Civil:

I - uniforme especial a expensas do empregador;

II - seguro de vida em grupo, estipulado pelo empregador;

III - adicional de periculosidade de 30% (trinta por cento) do salário mensal sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa;

IV - o direito à reciclagem periódica.

A Norma Técnica nº 007/2011 do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - CBMDF estabelece que a brigada de incêndio deverá dispor de Equipamentos de Proteção Individual - EPI, bem como conjunto de primeiros socorros, como estabelecido em seu Anexo H. Estabelece, também, que poderão ser necessários outros equipamentos, considerando as especificidades de cada edificação, especificados pelo CBMDF;

A presente contratação visa ainda atender aos seguintes normativos:

- O serviço de Brigada visa assessorar as atividades institucionais e consta no rol de atribuições de cargos que foram extintos por força da Lei nº 9.632, de 07 de maio de 1998; desde então a administração terceiriza esses serviços (execução indireta).

Acerca da execução indireta, a Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018 estabeleceu os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018:

Decreto nº 9.507

"Art. 2º Ato do Ministro de Estado da Economia estabelecerá os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta mediante contratação."

Portaria nº 443

"Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

(...)

XXI - segurança, vigilância patrimonial e **brigada de incêndio;**" (grifo nosso)

Vale destacar que o Ministério firmou com a empresa Defender Conservação e Limpeza Ltda o Contrato nº 13-2022, com vigência até 25 de março de 2025, para a prestação dos serviços contratados.

No entanto, surge a necessidade de uma nova contratação devido ao fato de que a empresa mencionada tem, de forma reiterada e excepcional, solicitado ao Ministério o pagamento dos salários, benefícios e FGTS de seus empregados, com desconto nas notas fiscais referentes à prestação mensal dos serviços. Essa situação tem ocorrido desde fevereiro de 2024, o que indica possíveis dificuldades na gestão da empresa. Diante disso, a administração decidiu adotar medidas para substituir o contrato atual por meio de uma nova licitação, garantindo assim a continuidade dos serviços sem prejuízos.

Em atendimento ao art. 3º do Decreto nº 12.174/2024 a contratada deverá assegurar as seguintes disposições elencadas abaixo:

I - a previsibilidade da época de gozo de suas férias, com vistas a conciliar o direito ao descanso e à garantia do convívio familiar com as necessidades do serviço;

II - a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, desde que compatível com a natureza dos serviços, nas hipóteses de:

a) diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho, inclusive em razão de recesso de final de ano, quando houver;

b) necessidade eventual de caráter pessoal de trabalhador em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhador substituto;

Previsão legal da terceirização

A terceirização de atividades acessórias constitui mecanismo de gestão que possibilita o direcionamento da máquina administrativa para a consecução de sua atividade fim, consoante estabelece o Art. 10, §7º, do Decreto - Lei nº 200 /67, conforme segue:

"Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.(...)"

§7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a administração procurará desobrigar-se da realização material das tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos da execução.

Encontra-se amparo na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, quando for execução por terceiros as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares, condizentes ao que determina o Art. 48. da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

"Art. 48. Poderão ser objeto de execução por terceiros as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, vedado à Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado:

I - indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

II - fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

III - estabelecer vínculo de subordinação com funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado;

V - definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

V - demandar a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

VI - prever em edital exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado. Parágrafo único."

Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

Destaca-se que o § 1º do art. 3º do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, passou a prever de forma expressa a possibilidade de execução indireta de serviços acessórios, conforme transcrição a seguir:

"Art. 3º ...

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.(grifo nosso)"

Cumprindo o disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, o antigo MP, por meio da Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, estabeleceu:

"Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

(...)"

XXII - , incluindo manuseio, serviços de escritório e atividades auxiliares de apoio à gestão de documentação digitalização ou digitalização de documentos e a tramitação de processos em meios físicos ou eletrônicos (sistemas de protocolo eletrônico); (grifo nosso)"

Parágrafo único-Outras atividades que não estejam contempladas na presente lista poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 2018."

Cabe salientar que o objetivo da terceirização é o de evitar acúmulo de serviço administrativo, para que a unidade foque nas atividades-fim, e melhorar a qualidade das entregas e dos resultados da pasta. Terceirizando-se os serviços que não são inerentes às atribuições dos cargos do quadro efetivo, se vislumbra o incremento da força de trabalho do órgão. Os serviços são considerados "comuns", pois se enquadram no Art. 29, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº14.133/21.

Os serviços pretendidos são essenciais para melhor desempenho do MME frente às demandas da sociedade brasileira, no que tange o sistema energético brasileiro e são necessários e intrínsecos ao bom funcionamento da estrutura administrativa e fundamental ao desenvolvimento das atividades do MME. A contratação é imprescindível para o adequado andamento das atividades finalísticas do MME, e não se mostra razoável que, diante da escassez de pessoal, os servidores atuem em atividades que não estão diretamente relacionadas às suas atribuições.

Nesse quadro, é necessário que os servidores se dediquem às atividades que não podem ser objeto de terceirização, como a fiscalização e gestão de contratos e a condução de processos administrativos, contando com profissionais habilitados para prestar o apoio necessário ao desenvolvimento dos trabalhos, com o fim de evitar interrupções e prejuízo ao interesse público.

Vigência Inicial do Contrato:

A duração inicial do contrato será de 36 (trinta e seis) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 10 (dez) anos, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, consoante art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

Garantia de execução

Deve ser exigida garantia de execução no percentual de 5% (cinco por cento), em vista do expressivo valor estimado do contrato de 36 (trinta e seis) meses de **R\$ 6.655.384,60 (Seis milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos.)** nos termos do item 3 do Anexo VII-F da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017.

Disposições contratuais obrigatórias

O Decreto nº 9.507, de 2018, prevê em seus arts. 8º e 9º uma série de disposições que obrigatoriamente devem constar no contrato celebrado, dentre as quais se destaca a adoção de um dos dois mecanismos de garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão-de-obra:

- pagamento à pessoa jurídica contratada dos valores referentes ao pagamento de férias, décimo terceiro salário, ausências legais e verbas rescisórias dos empregados que participarem da execução dos serviços contratados, efetuado somente na ocorrência do fato gerador; ou.
- pagamento à pessoa jurídica contratada dos valores referentes ao pagamento das férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias dos empregados que participarem da execução dos serviços contratados por meio de depósito em conta vinculada específica, aberta em nome da pessoa jurídica contratada, e com movimentação autorizada pela contratante.

A operacionalização desses mecanismos deve observar os Cadernos de Logística próprios disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras). Incumbe ao Administrador, apenas, escolher entre uma das duas opções.

No caso, a operacionalização da conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação conta com maior agilidade e possui módulo com cálculo automático por meio do Sistema Compras.gov.br Contratos, reduzindo a chance de erros nas retenções e liberações. Tal ponto justifica sua adoção em face do mecanismo de pagamento com base na ocorrência do fato gerador, de custo administrativo maior para operacionalização.

Conta Vinculada

Registra-se que será adotada a sistemática da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação como mecanismo de controle interno para prevenir os possíveis riscos de descumprimentos das obrigações trabalhistas e verbas rescisórias dos trabalhadores por parte da contratada.

A utilização da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação é ferramenta já institucionalizada e sedimentada na Administração Pública como mecanismo de proteção e gestão de riscos na execução de contratos de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, contribuindo para assegurar os recursos necessários para o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas em caso de inadimplemento da contratada, bem como para a segurança jurídica do gestor e dos fiscais de contrato. Ou seja, trata-se de ferramenta bem internalizada e utilizada, como regra, nas contratações de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra realizadas pelos Órgãos da Administração Pública Federal, inclusive por este ministério

O Pagamento pelo Fato Gerador, por sua vez, só passou a ser adotado pela Administração Pública Federal com o advento do Caderno de Logística do Pagamento pelo Fato Gerador, no ano de 2018. Assim, as equipes que atuam na fiscalização administrativa dos contratos, tendo em vista a quantidade de servidores, continuam em processo de qualificação, para agregar os conhecimentos requeridos para as atividades exigidas para a metodologia do pagamento pelo fato gerador, que demanda um grau maior de controle por parte da fiscalização em razão da necessidade de uma análise sistemática e individualizada das ocorrências de eventos futuros e incertos registrados em cada um dos postos de trabalho por período de faturamento. Nesse sentido, percebe-se que existem vantagens operacionais para a utilização da Conta Vinculada.

Assim, pelas razões ora consignadas, conclui-se que, na contratação dos serviços objeto da contratação, a Conta Vinculada é a opção que apresenta o melhor custo-benefício como mecanismo de controle do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte da contratada.

É obrigatório que o Gerenciamento de Riscos contemple mecanismo de controle interno para tratar o risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada, por meio da adoção da Conta-Depósito Vinculada Bloqueada para movimentação, conforme a opção constante do Termo de Referência, o que deverá ser providenciado na espécie.

Participação de consórcio, cooperativas, organizações sociais, instituições sem fins lucrativos, empresários individuais e pessoas físicas

Não deve ser admitida a possibilidade de empresas concorrerem em consórcio, considerando que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, o que não é o caso. No mais, a participação de consórcio apresentaria a dificuldade em limitar procedimentos e atribuir responsabilidade em caso de falhas.

Não devem participar as cooperativas de trabalho, considerando que no objeto ora licitado não há possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo que não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados. A execução compartilhada ou em rodízio, ainda acarretaria dificuldades significativas no cumprimento de procedimentos internos, na fiscalização e avaliação da execução dos serviços, como a identificação de responsáveis por eventuais falhas ou descumprimentos nas obrigações contratuais, direcionamento de solicitações de informações e reclamações, perda na eficiência esperada quanto ao atendimento dos prazos e exposição ao risco de desnivelamento dos padrões de qualidade.

Não devem participar organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746 /2014-TCU-Plenário) e instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017).

Deve ser admitida a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, desde que os serviços objeto desta contratação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

Não deve ser permitida a participação de pessoas físicas, com fundamento no parágrafo único do art. 4º da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021, pois a contratação exige capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme requisitos estabelecidos no tópico 5 destes Estudos Técnicos Preliminares.

Participação de microempresas e empresas de pequeno porte

A contratação está inicialmente estimada no valor aproximado de **R\$ 6.655.384,60 (Seis milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos)**. Considerando que o valor está acima do limite previsto mil, seiscentos e sete reais e setenta e seis centavos) no inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a contratação não deve ser destinada à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

Resta ainda avaliar o disposto no inciso II do art. 48 da mesma Lei Complementar, de que a Administração pode exigir a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte no caso de serviços., entretanto levando-se em consideração o que consta no item 2, das disposições contratuais obrigatórias, não se revela prudente exigir a subcontratação, razão pela qual tal exigência não deve ser adotada no presente caso.

6. Levantamento de Mercado

Trata-se de serviço comum e abundante no mercado que, portanto, é marcadamente padronizado.

Em observância às disposições da IN 65/2021, o levantamento de mercado pautou-se por:

- Consulta sobre contratações similares por outros órgãos e entidades da administração pública por meio do Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprescos.planejamento.gov.br>;
- Pesquisa de mercado, por meio de consultas a sítios de outras instituições públicas com contratações semelhantes;
- Sítios eletrônicos de domínio amplo para prospecção de preços dos uniformes, equipamentos e materiais de consumo.

Verifica-se que a solução de contrato de serviço terceirizado de bombeiro civil (brigadista) é comum em outros órgãos públicos. Considerando pesquisa feita e analisando contratações similares feitas por outros órgãos, não se identificam a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações quanto ao atendimento da demanda.

Para a contratação dos serviços em comento, tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial os órgãos públicos, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais, normativas e editalícias:

Para tanto, conforme quadro a seguir, observa-se que vários órgãos adotam a mesma estratégia de contratação para prestação de serviços de brigada de incêndio com dedicação exclusiva de mão de obra através de posto de trabalho de bombeiro civil:

Contratos Similares	Empresas	Data da Homologação	CCT
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA PE Nº 30/2023	5 ESTRELAS SISTEMA DE SEGURANCA LTDA CNPJ/CPF:72.591.894/0001-42	08/12/2023 12:12:21	SINDBOMBEIROS /DF
EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO PE Nº 26/2023	ATIVA BRIGADISTA LTDA CNPJ/CPF: 10.869.440/0001-33	20/11/2023 18:39:04	SINDBOMBEIROS /DF
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/MIN. PUBLICO FED PE Nº 35/2023	R7 FACILITIES - MANUTENCAO E SERVICOS LTDA CNPJ/CPF: 11.162.311/0001-73	12/12/2023 14:40:26	SINDBOMBEIROS /DF
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO PE Nº 14/2024	SUPREMA PROTECAO CONTRA INCENDIO LTDA CNPJ/CPF:31.576.834/0001-73	05/03/2024 15:47:12	SINDBOMBEIROS /DF

Verifica-se que a solução de contrato de serviço terceirizado de bombeiro civil é comum em outros órgãos públicos. Considerando pesquisa feita e analisando contratações similares feitas por outros órgãos, não se identificam a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações quanto ao atendimento da demanda.

A pesquisa que subsidiou o quadro com a relação de contratações ora indicadas foi sistematizada pela ferramenta Banco de Preços, na qual foram obtidos diversos valores praticados em contratos administrativos, cujo relatório detalhado será anexado ao processo.

Verificou-se que no mercado existem várias empresas prestadoras deste serviço, apesar da necessidade de credenciamento e autorização para funcionar, por parte dos órgãos governamentais, e da necessidade de formação e reciclagem periódica do bombeiro civil.

MERCADO DE FORNECEDORES:

Os resultados compilados foram extraídos de consulta ao portal Compras Governamentais e demonstram a prática de contratação do objeto, permitindo observar a participação de muitos fornecedores do ramo, deste modo deixando claro que a solução é comum e não há restrição de mercado para o objeto.

A consulta aos fornecedores participantes das licitações está disponível através do acesso aos respectivos pregões no portal Compras Governamentais, e a relação das empresas vencedoras dos certames listados, com seus respectivos CNPJs, encontram-se na tabela supra.

7. Descrição da solução como um todo

SERVIÇOS DE BRIGADA

Descrição, atribuições, requisitos dos cargos, quantidades, exigências, relação de uniformes e de materiais para a execução dos **Serviços de Brigada**.

Descrição, quantidades e requisitos dos cargos

Os postos de trabalho serão distribuídos em turnos de 12 (doze) horas de trabalho (diurno ou noturno) por 36 (trinta e seis) horas de descanso, observado o total semanal de 36 (trinta e seis) horas (conforme disposto no art. 5º da Lei 11.901/2009), de acordo com a escala de serviço da CONTRATADA, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho ou prestação de serviço durante as 36 (trinta e seis) horas de descanso.

Os serviços serão prestados ininterruptamente, inclusive aos sábados, domingos e feriados, das 7h às 19h, nos postos diurnos e das 19h às 7h nos postos noturnos.

No período noturno e nos finais de semana permanecerão apenas 2 (dois) bombeiros por dia no edifício, em atenção ao item 4.6.3.1 da NT 0007/2011-CBMDF;

O horário estabelecido para prestação dos serviços da Brigada poderá ser alterado, independente de termo aditivo, desde que obedecida a carga horária regulamentar e definida neste estudo e mediante aprovação por parte da Contratante.

A descrição da solução como um todo, abrange a prestação do serviço de prevenção e combate a princípios de incêndios e acidentes, incluindo fornecimento de equipamentos de proteção individual - EPIs e equipamentos /materiais de primeiros socorros, abandono de edificação e desenvolvimento de política prevencionista de segurança contra incêndio, a serem executados na edificação guarnecida, na forma de Postos de Trabalhos, conforme preconiza a IN nº 05/2017-SEGES/MPDG, de 25 de maio de 2017, cujos quantitativos, jornadas de trabalho e categorias dos profissionais estão dispostos neste estudo técnico preliminar.

Categoria	Escala	Horário	Unidade de Medida	CBO
Chefe de Brigada				

(Líder) Diurno	12x36 - diurno	7h às 19h	Posto	5103-05
Brigadista Particular Diurno	12x36 - diurno	7h às 19h	Posto	5771-10
Brigadista Particular Noturno	12x36 - noturno	19h às 7h	Posto	5771-10

A edificação do CONTRATANTE deverá ser guarnecida por postos 12x36 horas noturno e diurno, conforme exigências da Lei nº 11.901/2009.

Para a cotação de preços, objeto deste Estudo, foram observados os pisos salariais das respectivas categorias, fixados em convenção ou acordo coletivo de trabalho.

O serviço será prestado, nas dependências do Ministério de Minas e Energia no Bloco U, em Brasília/DF, conforme descrito neste Estudo Técnico Preliminar

Em consonância com a Norma Técnica nº 007/2011 - CBMDF, o quantitativo de postos de brigada foi dimensionado de acordo com a população fixa da edificação na forma do anexo A da referida Norma Técnica, atentando-se ao Plano de Prevenção, Combate a Incêndio e Abandono - PPCIA aprovado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF.

Conforme a tabela acima, o Ministério organiza a divisão de carga horária para melhor atender as necessidades do prédio, em Entendimento com a Súmula 85 do TST que decorre de acordo entre o empregado e o empregador:

Das Atribuições

Os serviços deverão ser executados com zelo e destreza, e de acordo com as descrições abaixo, não eximindo a empresa da responsabilidade da execução de outras atividades inerentes ao objeto, a qualquer tempo e a critério do Ministério.

Descrição das atividades do Bombeiro Civil Líder (Chefe de Brigada):

- a) serviços de apoio operacional-administrativo, responsável por coordenar, orientar e atuar nas ações de emergência onde a brigada de incêndio atue, além de auxiliar o supervisor nas ações de prevenção contra incêndio e pânico, prestando apoio e suporte ao CONTRATANTE;
- b) desenvolvimento da execução do PPCIA – Plano de Prevenção Contra Incêndio e Abandono, constante da lei Distrital nº 5.766/2016 e Norma Técnica nº 007/2011 CBMDF;
- c) implantação dos serviços de prevenção e combate a incêndios e acidentes, de forma adequada, bem como a sua execução e supervisão permanente, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma cuidadosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências que compreendem os postos de trabalho;
- d) verificação da apresentação dos profissionais alocados nos postos de trabalho quanto aos detalhes de higiene pessoal (barba, cabelo, unhas e outros) e de higiene das roupas;
- e) manter a ordem, a disciplina, o respeito, de todo o pessoal da CONTRATADA, orientando e instruindo seus subordinados na forma de agir;
- f) comunicar ao gestor do CONTRATANTE as necessárias advertências e mesmo devolução, do profissional da CONTRATADA que não atender às recomendações, cometer atos de insubordinação ou indisciplina, desrespeitar os superiores, não acatar as ordens recebidas ou não cumprir com suas obrigações;
- g) zelar para que o serviço transcorra sempre dentro da normalidade, obedecendo as orientações regulamentares;

- h) receber, ouvir e dar solução às reivindicações apresentadas pelos profissionais da CONTRATADA, procurando, sempre, dar-lhes o devido retorno quanto aos pleitos formulados;
- i) acompanhar, fiscalizar e orientar no correto uso dos uniformes e equipamentos, promovendo, junto à CONTRATADA, a substituição de peças desgastadas ou que já não apresentem condições favoráveis de uso, bem como à reposição, de acordo com os prazos estabelecidos;
- j) fazer o controle dos registros de ponto dos profissionais da CONTRATADA, acompanhando diariamente o correto registro;
- k) fazer a conferência e o encaminhamento mensal dos registros de ponto, para as providências de pagamento de pessoal;
- l) manter atualizada toda a documentação sob sua responsabilidade;
- m) manter-se sempre com postura correta, evitando relaxamentos ou demonstrações de fadiga;
- n) evitar atrito ou confronto, de qualquer natureza, com servidores ou visitantes do prédio, buscando, em caso de dúvida, esclarecimentos e orientações junto à equipe de fiscalização do CONTRATANTE; e
- o) cumprir rigorosamente os horários de serviço.

Descrição das atividades do Do Bombeiro Civil (Brigadista Diurno e Noturno):

- a) realizar inspeção periódica nas instalações do CONTRATANTE com a finalidade de identificar riscos existentes;
- b) realizar inspeção periódica dos equipamentos de combate a incêndio;
- c) realizar inspeção periódica das rotas de fuga, mantendo-as liberadas e sinalizadas;
- d) emitir relatório ao chefe imediato, sobre os problemas identificados, sugerindo a adoção de medidas para solução;
- e) participar dos exercícios simulados de combate a incêndios, primeiros socorros e outros;
- f) manter-se atento, vistoriando o local designado para o exercício de suas funções, se afastando caso seja necessário para suporte a ocorrências designadas;
- g) deixar o posto, somente após o encerramento de seu turno, salvo em situações de absoluta necessidade, após ter alertado à chefia da emergência; e
- h) acionar, de imediato, o Corpo de Bombeiros, se necessário, pelo telefone e prestar os primeiros socorros às possíveis vítimas.

Da formação escolar Do Bombeiro Civil Líder (Chefe de Brigada):

O profissional a ser alocado no posto de trabalho de Bombeiro Civil Líder deverá atender aos seguintes requisitos:

- a) instrução correspondente ou superior ao Ensino Médio;
- b) estar quite com as obrigações do serviço militar, para os empregados do sexo masculino;
- c) apresentar atestado médico de saúde para o exercício das atribuições inerentes às funções a serem desempenhadas;
- d) apresentar certificado de curso de formação técnica ou especialização em prevenção de incêndio, combate a incêndios, salvamento e primeiros socorros, em cursos com carga horária superior a 1.000 horas /aula, no conjunto destas disciplinas, comprovada por meio de certificado expedido por instituição de ensino credenciada junto ao Ministério da Educação e Cultura- MEC, Empresas Formadoras de Brigadista Particular credenciadas ao CBMDF, Conselhos Regionais, além de experiência mínima de 5 (cinco) anos comprovada em CTPS, ou que possuam registro geral expedido pelos Corpos de Bombeiros de qualquer unidade da federação, desde que não estejam na ativa, conforme item 4.4.2 da Norma Técnica nº 007/2011 do CBMDF. Também deve possuir o credenciamento de Bombeiro Civil.

O Bombeiro Civil Líder atuará na prevenção e no princípio de incêndios, e exercerá a autoridade de comandar, orientar e fiscalizar a atuação dos brigadistas.

Justificativa da Experiência e qualificação exigida para o profissional de Bombeiro Civil Líder:

A justificativa para a exigência de experiência e qualificação do Bombeiro Civil Líder está relacionada à natureza crítica e à responsabilidade inerente à função, especialmente em ambientes que demandam alto nível de segurança e onde há grande circulação de pessoas. A atuação em órgãos públicos envolve uma série de desafios específicos que tornam a experiência e qualificação requisitos indispensáveis.

- **Responsabilidade na Proteção de Bens Públicos e Patrimônio Histórico:** Em um órgão público, o Bombeiro Civil Líder é responsável pela proteção de bens que possuem grande valor histórico, cultural e institucional. A experiência prévia e a qualificação adequada garantem que o profissional saiba agir de forma eficaz para proteger esses patrimônios em situações de emergência.
- **Coordenação de Grandes Fluxos de Pessoas:** Órgãos públicos frequentemente recebem um grande número de visitantes, servidores e outras pessoas, o que aumenta a complexidade da gestão de emergências. Um Bombeiro Civil Líder experiente está preparado para coordenar evacuações em massa, manejar grandes multidões e assegurar a segurança de todos os presentes.
- **Conformidade com Normas e Regulamentos Específicos:** Órgãos públicos estão sujeitos a regulamentações rigorosas, incluindo normas de segurança contra incêndios e emergências específicas para edifícios públicos. A qualificação e certificações do Bombeiro Civil Líder asseguram que ele tenha o conhecimento necessário para garantir a conformidade com todas as exigências legais e regulatórias.
- **Gestão de Riscos Específicos ao Ambiente Público:** O ambiente de um órgão público pode apresentar riscos particulares, como ameaças à segurança pública ou a proteção de informações sensíveis. A experiência do Bombeiro Civil Líder permite que ele identifique e mitigue esses riscos de forma eficiente.
- **Liderança em Situações de Alta Complexidade:** O Bombeiro Civil Líder deve liderar e coordenar uma equipe de bombeiros civis em situações de alta complexidade, muitas vezes sob pressão extrema. A experiência em liderar equipes e a qualificação técnica avançada garantem que o líder esteja preparado para tomar decisões críticas e eficazes, salvaguardando vidas e bens.
- **Imagem e Credibilidade do Órgão Público:** A atuação eficiente de um Bombeiro Civil Líder reflete diretamente na imagem e credibilidade do órgão público perante a sociedade. A experiência e a qualificação profissional garantem um desempenho exemplar, contribuindo para a confiança e segurança da população.

Da formação escolar do Bombeiro Civil (Brigadista Diurno e Noturno):

O profissional a ser alocado no posto de trabalho de Bombeiro Civil Líder deverá atender aos seguintes requisitos

- a) idade mínima de 18 anos;
- b) instrução correspondente ou superior ao Ensino Fundamental;
- c) estar quite com as obrigações do serviço militar, para os empregados do sexo masculino;
- d) apresentar atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às funções a serem desempenhadas;
- e) apresentar certificado do curso de formação ou especialização em prevenção e combate a incêndios, salvamento e primeiros socorros, em cursos com carga horária superior a 150 horas/aula, no conjunto destas disciplinas, ou possuir registro geral expedido pelos Corpos de Bombeiros de qualquer estado da Federação, desde que não estejam na ativa, conforme item 4.4.4 e Anexo C da Norma Técnica nº 007/2011 do CBMDF.

Justificativa da experiência e qualificação exigida para o profissional de Bombeiro Civil (Brigadista Diurno e Noturno):

A exigência de experiência e qualificação para o Bombeiro Civil (brigadista particular) é crucial devido à complexidade e responsabilidade associadas à função, especialmente em ambientes que demandam alto nível de segurança e onde há grande circulação de pessoas. A atuação em órgãos públicos requer que o

profissional esteja altamente capacitado para lidar com situações de emergência e para cumprir com rigorosas normas de segurança.

O Brigadista Particular precisará trabalhar em conjunto com outros profissionais, como seguranças, equipes de manutenção e até mesmo forças de segurança pública. A qualificação e a experiência garantem que ele tenha habilidades de comunicação e colaboração necessárias para coordenar ações eficazes em conjunto com outros profissionais.

Portanto, a exigência de experiência e qualificação para o Bombeiro Civil (brigadista particular) é fundamental para assegurar que o profissional esteja preparado para lidar com as particularidades e desafios desse ambiente, garantindo a segurança de todos e a preservação do patrimônio público.

Ações de planejamento, acompanhamento e prevenção:

- a) identificar e avaliar os riscos existentes;
- b) elaborar relatório das irregularidades encontradas nos sistemas preventivos com apresentação de eventuais sugestões técnicas para melhoria das condições de segurança;
- c) inspecionar periodicamente os equipamentos de proteção contra incêndio e as rotas de fuga, e quando detectada qualquer anormalidade, comunicar a quem possa saná-la na maior brevidade possível, registrando em livro próprio a anormalidade verificada;
- d) implementar controle dos prazos de urgência da carga e teste hidrostático do sistema de extintores;
- e) planejar ações pré-incêndio;
- f) implementar plano de combate e abandono de acordo com as Normas Técnicas da ABNT;
- g) participar dos exercícios simulados (abandono, combate a incêndio e primeiros socorros) como também dos testes dos equipamentos de combate a incêndio;
- h) avaliar, liberar e acompanhar as atividades de risco;
- i) Implementar e propor alterações, quando necessário, ao plano de segurança contra incêndio e pânico;
- j) fazer rondas periódicas nos ambientes do local de atuação;
- k) treinar a população da edificação quanto aos procedimentos a serem adotados em casos de emergência, por meio de exercícios simulados, palestras, estágios, cursos entre outros;
- l) treinar a população para o abandono da edificação, realizando o Plano de Combate e Abandono no mínimo 1 (uma) vez para o parcial e 1 (uma) vez para o completo, durante um ano;
- m) inspecionar periodicamente os sistemas de proteção contra incêndio e pânico, em especial as saídas de emergência a qualquer hora;
- n) conhecer o funcionamento e saber operar os sistemas de proteção contra incêndio e pânico existentes no local de atuação;
- o) promover as medidas preventivas determinadas pela Administração e por órgãos de segurança e medicina do trabalho;
- p) inspecionar todas as dependências do CONTRATANTE, visando detectar possíveis situações que possam por em risco a integridade física dos servidores e do patrimônio público;
- q) pelo menos 01 (um) bombeiro deverá fazer presença na portaria das edificações para facilitar os atendimentos em caso de urgência; e
- r) realizar vistorias periódicas em todos os preventivos fixos de combate a incêndio.
- s) Acompanhar os serviços de manutenção, instalação e reparos realizadas nas dependências das instalações objeto do contrato e orientar os envolvidos quanto a necessidade de uso dos EPIS, devendo embargar a atuação daqueles que se recusarem a cumprir as orientações.

Procedimentos de inspeção periódica dos equipamentos de proteção e combate e de rotas de fuga:**Procedimento Diário:**

I - Equipamentos e instalações de incêndio, verificar/inspecionar:

- a) Se os extintores se encontram desobstruídos;
- b) Se as caixas de hidrantes estão abrindo em perfeitas condições;
- c) Se os esguichos e mangueiras de incêndio estão em perfeitas condições de conexão e uso; e
- d) Se as mangueiras estão armazenadas na forma recomendada pela norma.

II - Instalações elétricas e eletrônicas, verificar/inspecionar visualmente:

- a) As perfeitas condições de isolamento;
- b) A existência de fios e cabos soltos e ligações improvisadas;
- c) As tomadas e equipamentos instalados inadequadamente;
- d) Se existe ruído excessivo em reatores, quadros gerais e de distribuição e outros equipamentos elétricos; e
- e) Outros itens que oferecem perigo quanto a incêndios.

III - Rotas de fuga, verificar/inspecionar visualmente se:

- a) As escadas e rotas de saídas (corredores, hall) se encontram desimpedidas;
- b) Os depósitos, almoxarifados, arquivos, salas e outros ambientes oferecem riscos de incêndio;
- c) As instalações de cozinhas, copas e lanchonetes oferecem riscos de incêndio;
- d) A iluminação das escadas e corredores é satisfatória; e
- e) O corrimão e fitas antiderrapantes das escadas se encontram em perfeitas condições de uso.

Procedimento Mensal:

I - Equipamentos e instalações de incêndio, verificar/inspecionar:

- a) Os lacres e vencimento de carga dos extintores;
- b) A sinalização de extintores e hidrantes;
- c) As pinturas e os vidros das caixas de hidrantes;
- d) Se há vazamento e infiltração de água nas paredes dos reservatórios; e
- e) Acompanhar a pesagem de extintores.

Procedimento Semestral:

I - Equipamentos e instalações de incêndio, acompanhar:

- a) Os testes hidrostáticos em todas as mangueiras; e
- b) A verificação de extintores de incêndio de todo o prédio, com apresentação de relatório ao gestor do contrato apontando aqueles que devem ser recarregados, aqueles que apresentem vazamentos, tenham sido usados ou que não estejam em conformidade com a NBR – 11716.

A CONTRATADA estará obrigada:

- 1) à organização, estrutura, coordenação, implantação e treinamento do PPCIA por profissionais habilitados;
- 2) à elaboração, revisão e atualização do PPCIA, quando necessário e/ou solicitado, por profissionais habilitados;
- 3) a observar as normas técnicas do CBMDF relativas à elaboração, monitoramento, avaliação e revisão do PPCIA das edificações e as disposições contidas na Lei Distrital nº 5.766, de 14 de dezembro de 2016;
- 4) a contemplar o PPCIA, obrigatoriamente, com disposições e informações sobre procedimentos para pessoas com restrição de mobilidade e requisitos técnicos de acessibilidade.

As obrigações relativas ao PPCIA deverão ser cumpridas pela Contratada, mesmo no caso de a Contratante não contratar o cargo de Mestre (supervisor) da Brigada de Incêndio.

Plano de Prevenção, Combate a Incêndio e Abandono - PPCIA - documento que detalha o planejamento das ações de prevenção e combate a incêndio, além das formas de abandono e evacuação, e analisa recursos internos e externos ao local, de modo a permitir e controlar a situação em caso de emergência, proteger a vida e o patrimônio e reduzir as consequências sociais do sinistro e os danos ao meio ambiente (Lei Distrital nº 5766, de 14 de dezembro de 2016).

Exercícios simulados

Definir os procedimentos para exercícios simulados e divulgar para a população fixa da edificação;

I. Realizar os exercícios simulados, no mínimo anualmente, com a participação de toda a população presente na edificação, devendo estabelecer a periodicidade mais adequada ao treinamento a Brigada de Incêndio em suas atribuições e a população para o abandono seguro da edificação;

II. Divulgar à equipe da brigada de incêndio e entregar à Contratante relatório elaborado pelo Bombeiro civil (Líder) da Brigada de Incêndio, contendo, no mínimo:

- a) Dia e Horário do evento;
- b) Tempo gasto no abandono;
- c) Tempo gasto no retorno;
- d) Tempo gasto no atendimento de primeiros socorros;
 - e) Desempenho da Brigada de Incêndio:
 - e.1) Grau de conhecimento do PPCIA;
 - e.2) Eficiência na utilização dos sistemas de proteção;
 - e.3) Condição física para desempenho das atribuições;
 - e.4) Controle emocional;
 - e.5) Liderança e condução da população ao local seguro;
 - e.6) Cooperação com o Corpo de Bombeiros, Polícia, Defesa Civil, etc.
 - f) Comportamento da população;
 - g) Tempo de chegada do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;
 - h) Falhas dos sistemas de proteção e outros equipamentos;
 - i) Dificuldades para abandono da edificação;
 - j) Falhas operacionais da Brigada de Incêndio;
 - k) Outros identificados pela Brigada de Incêndio;

Ações de Emergência:

- a) Identificar a situação de emergência;
- b) Atender, imediatamente, a qualquer chamado de emergência dentro das dependências da Contratante, no âmbito da competência de atuação da brigada, e, na área externa quando necessário;
- c) Auxiliar no abandono da edificação e realizar os primeiros socorros e resgate de vítimas;
- d) Acionar imediatamente o CBMDF, independentemente de análise de situação, solicitando seu comparecimento, recebendo, acompanhando e orientando o comandante do socorro;
- e) Verificar a transmissão do alarme aos ocupantes;
- f) Combater os incêndios em sua fase inicial, de forma que possam ser controlados por meio de extintores ou mangueiras de incêndio da própria edificação;
- g) Atuar no controle de pânico;
- h) Agir de maneira rápida, enérgica e convincente em situações de urgência e emergência;
- i) Prestar os primeiros socorros a feridos;
- j) Realizar a retirada de materiais para reduzir as perdas patrimoniais devido a sinistros;
- k) Interromper o fornecimento de energia elétrica e gás liquefeito de petróleo quando da ocorrência de sinistro;
- l) Estar sempre em condições de auxiliar o CBMDF, por ocasião de sua chegada, no sentido de fornecer dados gerais sobre o evento bem como, promover o rápido e fácil acesso aos dispositivos de segurança;
- m) Dar suporte a todos os eventos realizados no CONTRATANTE;
- n) Conhecer todas as áreas de risco onde possam ocorrer princípios de incêndio;
- o) Conhecer todas as vias de escape do prédio por onde as pessoas possam sair rapidamente em situação de emergência; e
- p) Comunicar imediatamente a Central de Segurança do CONTRATANTE toda ocorrência anormal verificada.
- q) Dar assistência pré-hospitalar, em qualquer situação, aos usuários e empregados dos edifícios onde são prestados os serviços.
- r) Interromper o fornecimento de energia elétrica e gás liquefeito de petróleo, quando da ocorrência de sinistro;
- s) Desligar os alarmes de incêndio depois de atendida a ocorrência;

Executar serviço de ronda, diurno e noturno, em todas as áreas das edificações sob responsabilidade do MME, com o objetivo de manter as condições de segurança do prédio, identificando os pontos de risco e suas devidas correções. As rondas diárias serão realizadas no mínimo 2 (duas) vezes por plantão. As irregularidades constatadas serão lançadas em livro próprio, ou em formulário fornecido pelo CONTRATANTE, a critério deste.

Da Brigada Voluntária

É a pessoa pertencente ao quadro de funcionários da edificação treinada para atuar em casos de emergência, exclusivamente no seu local de trabalho, sendo considerado um sistema de segurança contra incêndio e pânico.

Poderão exercer a função de Brigadista Voluntário as pessoas pertencentes ao quadro de funcionários de uma edificação, possuidoras de treinamento e de orientação dos Brigadistas Particulares da edificação, conforme item 4.6.1 da Norma Técnica nº007/2011-CBMDF e currículo definido em seu anexo D.

DEFINIÇÃO DE SALÁRIO BASE E VALE ALIMENTAÇÃO

Para categoria de **Bombeiro Civil** (Brigadista Particular) e para a cargo de **Bombeiro Civil Líder** (Chefe de Brigada) em relação à elaboração da planilha de composição de custos e formação de preço, a Administração utilizou como **referência** a Convenção Coletiva de Trabalho DF000184/2024, registrada no MTE em 08/04/2024.

O salário será o do piso salarial da respectiva categoria profissional, Bombeiro Civil , tendo como referência a Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2024, firmada entre o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário e Serviços Terceirizáveis do Distrito Federal – SINDISERVIÇOS e o Sindicato dos Trabalhadores Bombeiros Profissionais do Distrito Federal - SINDBOMBEIROS.

Somente serão aceitas propostas em que na planilha de custos e formação de preços, **conste os valores dos salários e do benefício de auxílio Alimentação iguais ou superiores** aos abaixo informado:

- Benefício-Auxílio alimentação - R\$ 42,23/dia

- Salários por categoria:

- **Bombeiro Civil** - Brigadista Particular (CBO 5771-10): R\$ 3.669,27
- **Bombeiro Civil Líder** - Chefe de Brigada (CBO 5103-05): R\$ 4.547,13

Tais valores acima estabelecidos estão em conformidade com os ditames do Acórdão 1207/2024. – Plenário –TCU.

"9.2.2. não obstante, em tais licitações, é lícito ao edital prever que somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços (PCFP) valor igual ou superior ao orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação..."

Ademais, está em conformidade com o disposto no Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, que, em seu Art. 5º, estabelece:

"Na contratação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valor igual ou superior ao orçado pela administração, que corresponderá à soma do salário e do auxílio-alimentação".

Uniformes

Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

ITEM	MATERIAL	UNIDADE	Quantidade Anual /Brigadista
Camiseta	tecido de malha fria, cor amarela, com punho nas mangas, estampado nas costas com a cor preta o nome "BOMBEIRO CIVIL" (Bombeiro — em meia lua, Civil - reto); na frente do peito do lado esquerdo a logo marca da empresa.	unidade	4
Calça	tecido "Rip-stop" (padrão estipulado pelo CBM-DF, NT 07/2011), com refletivos.	unidade	2
Gandola	tecido "Rip-stop" (padrão estipulado pelo CBM-DF, NT 07 /2011), com faixas refletivas, e acima do bolso ao lado esquerdo a logo marca estampada da empresa. Na manga direita, altura do ombro, velcro para a implementação da logo marca da Brigada contra Incêndio e identificação do Posto de serviço.	unidade	2
Coturno	cabedal em couro nobuk hidrofugado, espessura de 2 mm, dublado com tecido de poliéster e colarinho de couro pelica; forração interna de acrílico automotivo com isolante térmico em EVA; reforço interno de material termo plástico leve e resistente, no un 2 bico e calcanhar; solda de borracha maciço vulcanizado aucabedal, resistente a corrente elétrica; vedação resistente a água ou 100% impermeável. Um par a cada semestre conforme legislação.	unidade	1
Meião	tecido 60% algodão, cor preta, 39% 120 poliamida e 1% elastano.	par	6
Cinto	confeccionando em poliéster, cor preta, com fivela e ponteira metálica na cor prata	unidade	1
Casaco	Agasalho de Frio 100% algodão sendo acochoada interno	unidade	1
Bombacho	material em elástico	par	2
Bornal	de Resgate Perna Bombeiro Civil Impermeavel Pochete Aph	unidade	1

Nota – será admitida a variação de $\pm 10\%$ na composição das especificações dos componentes dos tecidos dos uniformes, bem como nas dimensões dos detalhes de confecção.

As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos, conter somente:

- a) razão social ou nome de fantasia da empresa;
- b) logotipo da prestadora de serviço, se for o caso;

- c) plaqueta de identificação (crachá) do Brigadista Particular, autenticada pela empresa, com validade de 6 (seis) meses, constando o nome e fotografia colorida em tamanho 3x4;
- d) descrição “**Brigadista**” na parte posterior do uniforme; e
- e) identificação do local onde presta serviço.

Não haver a fixação de quaisquer brevês, insígnias, medalhas ou congêneres no uniforme do Bombeiro Civil /Brigadista Particular;

A contratada deve observar o disposto no Decreto N.º 17295, de 17 de abril de 1996 que Regula a criação das Brigadas de Incêndio no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e dá outras providências e a lei nº 11.901, de 12 de Janeiro de 2009 que Dispõe sobre a profissão de Bombeiro Civil e dá outras providências.

De acordo com CCT da categoria, os uniformes deverão ser fornecidos a cada 12 (doze) meses, com exceção do crachá, ou quando solicitado pela Fiscalização do contrato em função de desgaste prematuro.

No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada à fiscalização Técnica do Contrato.

Os uniformes deverão ser entregues no local de trabalho (posto de serviço) acompanhado pela fiscalização do contrato ou por um Servidor designado pela Gestão do Contrato.

A CONTRATADA deverá apresentar a comprovação do uniforme junto ao CBMDF, salvo esteja publicado no site oficial daquele órgão.

O custo do uniforme não poderá ser repassado ao empregado da CONTRATADA.

Ronda Eletrônica:

Com base em experiência da contratação anterior, esta equipe de planejamento recomenda a implementação da ronda eletrônica, na parte interna do prédio.

Para os procedimentos de ronda eletrônica, não obstante que não seja exigido em norma regulamentar, opta-se por garantir o mapeamento eletrônico das aéreas fiscalizadas nas rondas, considerando os ganhos de fiscalização e com a certificação de sua realização por ronda eletrônica. Assim, neste instrumento consta o fornecimento de equipamento eletrônico (ronda de segurança), com instalação de pontos para controle eletrônico das rondas em locais definidos pela contratada, devendo ser instalados na quantidade necessária para toda a área de abrangência da unidade (mínimo de 1 em cada extremidade de cada andar e um em cada ambiente sensível, a exemplo de sala cofre de equipamentos de Tecnologia da Informação (TI) e Data Centers, salas de almoxarifado e restaurantes), possibilitando o registro eletrônico e manutenção dos dados relativos às rondas realizadas e a emissão de relatórios, contendo as informações de horário e local(is) registrado(s) por ronda e profissional que a realizou. Justifica-se ainda a implementação pelo excesso de ocorrências, principalmente nos períodos sem expediente, que possam provocar algum princípio de incêndio nas edificações.

A contratada obrigar-se-á a guarnecer a edificação com os equipamentos (base coletora, bastões e bottons), em regime de comodato, será responsável por garantir o funcionamento perfeito, providenciando, se necessário, a imediata substituição de equipamento(s) defeituoso(s).

As rondas deverão ser executadas pelo menos 02 (duas) vezes por plantão em todos os andares das edificações, realizando a leitura nos locais pré-estabelecidos.

O sistema é usado para controle remoto de rondas, ajudando na eficácia da tarefa. O bastão de ronda eletrônico é um dispositivo criado para fazer a leitura de pontos pré-determinados considerando o estudo de vulnerabilidade dos locais a serem vigiados e é produzido com tecnologia capaz de fazer a leitura de bottons de registro fixadas nos locais. Com a rota determinada anteriormente, os dados do bastão de ronda eletrônica são enviados para o software. Assim os fiscais verificam se os colaboradores estão realizando as rondas, conforme previsto.

Os bottons deverão ser resistentes à água e ao sol.

A danificação dolosa dos equipamentos de ronda, acarretará em punição ao infrator

Os profissionais deverão executar, no mínimo, 90% das rondas previstas, justificando o motivo da não realização das demais rondas.

A Contratada deverá implantar às suas custas o Sistema Eletrônico de Controle de Rondas e encaminhar na documentação mensal ou quando solicitado o relatório das rondas executadas, bem como a justificativa das rondas não executadas.

O relatório que será disponibilizado a CONTRATANTE, deverá conter, no mínimo:

- Data e hora;
- Sequência de pontos visitados;
- Justificativa para as rondas não executadas.

O leitor deverá ser portátil alimentado por bateria de longa duração, para que seja possível o uso sem a necessidade de contínua troca de bateria, contendo capa com presilha para cinto

Os bottons deverão ser de dimensões pequenas, afixados por meio de cola, silicone e ou aparafusados, não podendo interferir na estética predial das instalações da CONTRATANTE.

Os serviços de instalação, bem como aqueles de infraestrutura eventualmente necessários, serão executados pela CONTRATADA, incluindo todo e qualquer material necessário para a completa instalação dos equipamentos, bem como transporte de materiais e pessoal.

A instalação deverá ocorrer no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar do início dos serviços e acompanhado pelo fiscal contrato.

Após concluir os serviços de instalação, a CONTRATADA deve retirar todo o material existente, entulho ou quaisquer materiais remanescentes do trabalho executado já que os locais deverão ser entregues em perfeitas condições de higiene e limpeza, bem como acompanhar os padrões estéticos do CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá prestar serviços eventuais, compreendendo: desinstalação e reinstalação de equipamentos no mesmo local, decorrente de possível alteração interna de leiaute da unidade.

Sem ônus para a Contratante, a Contratada deverá realizar a retirada dos bottons 01 (um) dia antes do termino do contrato.

A Contratada terá 02 dias úteis para a substituição de todo o equipamento de ronda que estiver com defeito.

Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, a guarda e a manutenção de equipamentos e/ou materiais de sua propriedade, que sejam colocados para uso durante a execução dos serviços.

A CONTRATADA deverá comunicar à fiscalização do Contrato todas as ocorrências nos equipamentos e /ou materiais instalados, que possam comprometer, ou não, os serviços.

É de total responsabilidade da Contratada a programação e geração de relatórios das rondas efetuadas, nos prédios onde não há computadores.

A Contratada poderá apresentar dispositivo com tecnologia mais avançada para a realização das rondas, que dependerá de aprovação da Administração.

Outras disposições:

Devido ao grande volume de pessoas frequentando as edificações sob responsabilidade do MME, esta equipe considera necessária a presença um bombeiro civil na entrada principal dos prédio nos períodos com expediente, sendo dispensado esta situação em caso de eventos que necessite da presença do profissional e para respeitar horário de almoço do colaborador.

Materiais e equipamentos

Para cumprir integralmente com as exigências da legislação trabalhista, a contratada deverá disponibilizar em toda a execução do serviço, o fornecimento de uniformes adequados para todos os empregados além de implementar um sistema de controle de jornada de trabalho dos funcionários, empregando dispositivos eletrônicos (relógio de ponto) ou soluções tecnológicas específicas para o registro preciso dos horários de entrada e saída e ainda deverá

fornecer os materiais/insumos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e especificações a seguir estabelecidas, da seguinte forma:

MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS SOB O REGIME DE COMODATO

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos e ferramentas necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, da seguinte forma:

Materiais básicos/ permanentes, com custos rateados nas Planilhas de Custos e Formação de Preços de Mão de Obra:

ITEM	Descrição/especificação	Unidade de Medida	Quantidade Anual
1.0	Equipamentos de primeiros socorros		
1.1	Oxímetros de dedo digital, portátil, visor de LCD, com capa e pilha Regime de comodato com o MME.	Unidade	2
1.2	Desfibrilador Externo Automático - DEA (ressuscitador) com pás eletrodos, com indicadores em LED, bateria, com estojo. Regime de comodato com o MME.	Unidade	1
1.3	Aparelho PA (Pressão arterial) Digital com manguito, tipo de mesa, com estojo. Regime de comodato com o MME.	Unidade	1
1.4	Aparelho PA (Pressão arterial) Digital automático de pulso. Regime de comodato com o MME.	Unidade	1
	Detector de Fuga de Gás Combustível - (GN/GLP/GNV) CARACTERÍSTICAS: <ul style="list-style-type: none"> • Indicação de presença de gás luminosa e sonora • Sensibilidade: 50ppm Metano • Tempo de aquecimento: aprox. 60 segundos • Tempo de resposta: 2 segundos • Temperatura de Operação: 0°C ~ 50°C (32°F ~120°F) • Umidade Relativa: 10 ~90% RH • Comprimento do sensor: 16 polegadas • Conector de fone de ouvido mono 		

1.5	<ul style="list-style-type: none"> • Alimentação: 3 baterias (tipo C)LR14 1.5V (8hs de uso contínuo) • Dimensões: 76 x 49 x 220mm • Peso: Aprox. 440 Gramas <p>GASES DETECTÁVEIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gás natural • Propano • Butano • Metano • Propanol • Etanol • Amônia • Vapor • CO • Gasolina • Combustível Pulverizado • Hidrogênio sulfurado • Fumaça • Solvente Industrial • Tinta fresca • Nafta <p>Regime de comodato com o MME.</p>	Unidade	1
	<p>Decibelímetro Digital com Registro</p> <p>Especificações:</p> <p>Faixa de medição: 30 a 130 dB</p> <p>Escalas: baixa- 30 a 90 dB média - 50 a 110 dB alta - 70 a 130 dB automática - 30 a 130 dB</p> <p>Resolução: 0.1dB</p> <p>Exatidão: ± 1.5dB</p> <p>Faixa de frequência: 31.5 a 8000 Hz</p> <p>Ponderação em frequência: A (dBA) / C (dBC)</p> <p>Ponderação no tempo: FAST (125ms) / SLOW (1s)</p> <p>Taxa de atualização (visor LCD): 2 vezes / segundo</p> <p>Memória: 32000 registros</p>		

1.6	<p>Desligamento automático por inatividade: 20 minutos</p> <p>Temperatura de operação: 0 a 50 °C</p> <p>Umidade de operação: 10 a 90 %UR (sem condensação)</p> <p>Alimentação: 9Vdc (1 bateria 6LR61 ou adaptador AC/DC)</p> <p>Dimensões (LxAxP): 58 x 215 x 33 mm</p> <p>Peso: 250g (com bateria)</p> <p>Funções adicionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Congelamento das medições máxima ou mínima - Congelamento da leitura no visor (HOLD) - Iluminação do visor (Backlight) - Barra gráfica digital - Função alarme (através do programa de registros) - Saída analógica AC/DC (ACMAX = 4Vrms / DC = 10mV /dB) - Microfone condensador de eletreto de 1/2" (removível) - Em conformidade com: IEC61672-1 Classe 2 - Indicação de bateria fraca <p>Regime de comodato com o MME.</p>	Unidade	1
2.0	Materiais / Equipamentos Operacionais	Unidade	
2.1	<p>Rádio de comunicação HT (Hand-Talk = rádio de mão) /Nextel ou similar, licenciados junto a ANATEL Faixa De Frequência VHF [136-174 MHz] - UHF [403-470 MHz / 450-527 MHz]</p> <p>Capacidade De Canais 16 canais Características De Desempenho Vida Útil Da Bateria (Média) 18 horas Tipo Químico De Bateria Padrão Lítio ionizado Banda De Frequência VHF/UHF</p> <p>Dimensões Do Rádio 127,7mm [Altura] x 61,5mm [Largura] x 42,0 mm [Profundidade].</p> <p>Regime de comodato com o MME.</p>	Unidade	5
3.0	<p>Bastão de Ronda com tecnologia de tempo real, com estojo de proteção, bateria.</p> <p>Regime de comodato com o MME.</p>	Unidade	2
3.1	<p>Button com placa metálica para colocação em ponto de ronda, com adesivos e ou parafusos para fixação.</p> <p>Regime de comodato com o MME.</p>	Unidade	30
3.2		Unidade	1

	Base Coletora USB para descarga dos dados, com cabo de comunicação USB, manual de instalação e mídia com o software para capturar dados dos bastões e gerar relatórios de rondas;		
	Regime de comodato com o MME.		

A contratada será responsável por todos os equipamentos fornecidos em regime de comodato garantindo seu perfeito funcionamento, providenciando, se necessário, a imediata substituição de equipamento(s) defeituoso(s), sem ônus para o MME.

As despesas relacionadas aos equipamentos em regime de comodato, bem como a manutenção serão de responsabilidade da contratada, não gerando qualquer despesa adicional, referente a esses itens contemplados, para o contratante.

Ao final do contrato de prestação de serviços a contratada fará o recolhimento desses equipamentos fornecidos em regime de comodato descritos na tabela acima.

Materiais a serem fornecidos POR DEMANDA

Materiais a serem fornecidos por demanda mediante Ordens de Fornecimento de Materiais e serão faturados conjuntamente com a fatura de mão de obra no mês em que foram demandados:

ITEM	Descrição/especificação	Uni. de Medida	Quant. Anual
1.0	Conjunto de primeiros socorros		
1.1	Algodão hidrófilo em camadas (manta) contínuas em forma de rolo com aspecto homogêneo e macio, cor branca, peso 500 gramas.	Rolo	2
1.2	Água oxigenada 10 volumes, frasco de 100 ml Normas técnicas: registro no IMETRO, Ministério da Saúde. Constar na embalagem do produto informações: composição, fabricante, número do lote, data de fabricação, validade, entre outras. Lacre inviolado.	Uni	12
1.3	Álcool, etílico hidratado 70% INPM, baixo teor de acidez e aldeídos, indicado especialmente para limpeza de superfícies. Normas técnicas: registro no IMETRO, Ministério da Saúde. Constar na embalagem do produto informações: composição, fabricante, número do lote, data de fabricação, validade, entre outras. Lacre inviolado. Fornecimento embalagem de 1 Litro, cx com 12 .	CX	4
1.4	Atadura de crepe de 15 cm cor natural, constituída de fios de algodão cru -pacote c/ 12 unidades.	Pct	10
1.5	Atadura de crepe de 20 cm cor natural, constituída de fios de algodão cru -pacote c/ 12 unidades.	Pct	8
1.6	Atadura de crepe de 25 cm cor natural, constituída de fios de algodão cru - pacote c/ 12 unidades.	Pct	10
1.7	Band-Aid curativos transparente - cx 40 Unidade	CX	2

1.9	Bota para combate a incêndio fabricada em borracha vulcanizada, forrada internamente com tecido acrílico antichamas, possui palmilha e biqueira de aço, protetor de tíbia e alça de transporte, cor preta e amarela com faixa refletiva. Proteção mecânica contra queda de materiais pesados, perfurantes e proteção elétrica além da proteção térmica. Tamanho 41	Uni	6
1.10	Bota para combate a incêndio fabricada em borracha vulcanizada, forrada internamente com tecido acrílico antichamas, possui palmilha e biqueira de aço, protetor de tíbia e alça de transporte, cor preta e amarela com faixa refletiva. Proteção mecânica contra queda de materiais pesados, perfurantes e proteção elétrica além da proteção térmica. Tamanho 45	Uni	6
1.14	Compressa de gaze, medindo 10 x 15 cm, confeccionada com fios 8, 100% algodão hidrófilo, pacote c/ 10 unidades.	Pct	50
1.15	Compressa de gaze, medindo 7,5 x 7,5 cm, 13 fios com 8 dobras confeccionada com fios 100% algodão hidrófilo, pacote c/ 10 unidades.	Pct	200
1.16	Esparadrapo impermeável branco 10cm Altura x 4,5m de comprimento	Rolo	2
1.17	Frascos de solução fisiológico 0,9 % de 250 ml Normas técnicas: registro no Ministério da Saúde. Constar na embalagem do produto informações: composição, fabricante, número do lote, data de fabricação, validade, entre outras. Lacre inviolado.	Uni	20
1.18	Luva de látex para procedimento hospitalar, descartável alta sensibilidades tátil, boa elasticidade e resistência. Caixa c/ 100, Tamanho G	CX	4
1.19	Luva de látex para procedimento hospitalar, descartável alta sensibilidades tátil, boa elasticidade e resistência. Caixa c/ 100, Tamanho M	CX	4
1.20	Máscara cirúrgica descartável, formato retangular cor branca.	CX	140
1.21	Plástico protetor de queimaduras e eviscerações - esterilizado altura: 100 cm - Largura: 100 cm. Atóxico. Transparente.	Uni	20
1.22	Plástico protetor de queimaduras e eviscerações, de 50 mm x 50mm em pacote de 10 unidades- esterilizado	Pct	5
1.26	Termometro Digital Infravermelho Clínico (Axilar)	Uni	2
1.27	Termômetro Infravermelho Digital S/ Contato (Tipo Pistola)	Uni	9
1.28	Tesoura sem ponta reta, confeccionada em aço inox, medindo 10 cm de comprimento	Uni	2
1.29	Torniquete Tático (Cor Laranja)	Uni	2
1.30	Bandagens triangulares (142 cm x 100 cm x 100 cm)	Uni	5
2.0	Equipamentos de segurança e salvamento	Uni	

2.1	Aparelho Respiração Autônoma C/ Cilindro Fibra Carbono 6.8l	Uni	2
2.2	Fita Adesiva Crepe 18mm X 50m	Uni	50
2.3	Fita demarcação amarela 45mm x 45 m	Uni	10
2.4	Fita demarcação vermelha 45mm x 45 m	Uni	10
2.5	Fita Durex 45mm x 45 m	Uni	20
2.6	Fita Dupla Face 3M	Uni	2
2.7	Fita plástica zebra sem adesivo, amarela e preta para isolamento de área. Rolo com 200 metros, largura de 70 mm.	Uni	120
2.8	Óculos de proteção resistente a impactos, choques físicos de materiais sólidos e líquidos como: fragmentos de madeira, ferro, respingos de produtos ácidos, cáusticos, entre outros, armação e haste regulável fixa na armação por pinos metálicos, proteção contra riscos, proteção lateral injetada na mesma peça	Uni	2
2.9	Megafone com potência de Potência de saída de som: 250Watts P.M.P.O., Feito de plástico ABS de alta resistência, Entrada USB / SD / MMC, Resistente à água, Bateria de lítio recarregável e também pode operar com 8 pilhas tipo C de 1,5 Volts, Punho ergonômico, Microfone integrado, Entrada AUX, Controle de volume ajustável, Gravador de voz, Alcance máximo: 400 a 500 metros.	Uni	5
3.0	Equipamentos de Proteção Individual (EPI's)	Uni	
3.1	Capacete de segurança Tipo Montana sem aba com fita jugular de 3 pontos e sistema de ajuste total para uso em trabalhos em altura, resgate, arboricultura e escalada. Com certificação do Inmetro.	Uni	8
3.2	Capas de aproximação completas: calça e Jaqueta de combate a incêndio confeccionado com modelagem tradicional, confeccionado dentro das exigências normativas do TEM; Calça para combate a incêndio modelo EN versão Advance; Confeccionado com a camada externa em tecido Thermex EN-R com 93% meta aramida 5% para aramida e 2% anti estático construído com tecnologia no sistema para rasgo (ripstop) barreira de umidade bi componente de poliuretano respirável com aramida/melamina e barreira térmica dupla em tecido de aramida com viscose FR feltro de aramida; Confeccionado dentro das exigências normativas do MTE, Tamanho Grande.	Uni	6
3.3	Capas de aproximação completas: calça e Jaqueta de combate a incêndio confeccionado com modelagem tradicional, confeccionado dentro das exigências normativas do MTE, oferece proteção efetiva e custo competitivo. Calça para combate a incêndio modelo EN versão Advance; Confeccionado com a camada externa em tecido Thermex EN-R com 93% meta aramida 5% para aramida e 2% anti estático construído com tecnologia no sistema para rasgo (ripstop) barreira de umidade bi componente de poliuretano respirável com aramida/melamina e barreira térmica dupla em tecido de aramida com viscose FR feltro de aramida; Confeccionado dentro das exigências normativas do MTE, Tamanho Extra Grande	Uni	6
3.4	Lanterna recarregável de no mínimo 06 volts e 27 lâmpadas de LED	Uni	20

3.5	Luvras de couro (Tipo Vaqueta)	Uni	15
3.6	Protetor auditivo tipo haste, com espumas que vedam o canal auditivo dispensando inserção, haste única e flexível, mantém baixa pressão e se adapta a diferentes cabeças.	Uni	20

As quantidades informadas, por ano, estão sujeitas a serem demandadas na totalidade ou não, o que significa que o Órgão exime-se de qualquer compromisso quanto a obrigação de solicitá-las.

Os materiais serão solicitados de acordo com a necessidade do Órgão, devendo a Contratada observar o prazo de validade e substituir os materiais se necessário.

Recursos das Brigadas de Incêndio:

A Brigada de Incêndio deve dispor de equipamentos de proteção individual (EPI's) e comunicação necessários ao desenvolvimento das suas atividades:

De acordo com a PORTARIA N° 016 - CBMDF, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011 que Aprova a Norma Técnica N° 007/2011-CBMDF, Brigada de Incêndio no âmbito do Distrito Federal:

"São equipamentos necessários ao funcionamento da Brigada de Incêndio: luvas, capacetes, lanternas, aparelhos de comunicação via rádio e ou telefone móvel, conjunto de primeiros socorros (Anexo H) e outros EPI, considerando os riscos específicos das edificações e eventos, especificados pelo CBMDF ou pelo Supervisor da Brigada de Incêndio; (grifo nosso)".

O Anexo H da referida norma estabelece os itens mínimos que devem compor o conjunto de primeiros socorros. Para fins do edital, o fornecimento dos itens transcritos a seguir será obrigação da contratada, de forma a suprir a sala de brigada do edifício:

- **Conjunto de Primeiros Socorros Conjunto Contendo, no Mínimo:**

- 1) 100 (cem) unidades de compressas de gaze 08 (oito) dobras (7,50cm x 7,50cm);
- 2) 05 (cinco) unidades de compressas de gaze esterilizadas (10 cm x 15 cm);
- 3) 10 (dez) unidades de ataduras de crepe (20 cm de largura);
- 4) 05 (cinco) unidades de plástico protetor de queimaduras e eviscerações (01m x 01m) esterilizado;
- 5) 04 (quatro) frascos de soro fisiológico de 250 ml (duzentos e cinquenta mililitros);
- 6) 01 (uma) unidade de fita adesiva (crepe);
- 7) 03 (três) unidades de talas moldáveis grandes (86 cm x 10 cm x 02 cm);
- 8) 03 (três) unidades de talas moldáveis medias (63 cm x 09 cm x 02 cm);
- 9) 03 (três) unidades de talas moldáveis pequenas (30 cm x 08 cm x 02 cm);
- 10) 01 (uma) prancha longa de madeira ou material de similar resistência (190 cm x 45cm);
- 11) 05 (cinco) unidades de bandagens triangulares (142 cm x 100 cm x 100 cm);
- 12) 01 (um) ressuscitador manual (ambu) ou máscara de ressuscitação para ventilação artificial;
- 13) 01 (um) colar cervical de cada tamanho padronizado (grande, médio e pequeno);
- 14) 01 (uma) tesoura de ponta romba e equipamentos de proteção individual para o socorrista (Óculos de segurança, máscara semi-facial e luvas de procedimento).

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

Para o dimensionamento da proposta de serviço especializado de Brigadista foi elaborada e disponibilizado Planilha de Custo e Formação de Preços mensal - Anexo I - objeto desse ETP, conforme modelo contido no APÊNDICE VII-D da Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES/MPDG.

Justificativa da Continuidade dos Serviços – Vigência Contratual:

Os serviços prestados de brigada, destinam-se atender de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão considerando a vantajosidade e economicidade, conforme disposto nos termos do Art. 29 da Lei 14.133/21:

Art. 29. “A vigência plurianual mais vantajosa considerando a economicidade esforço e de recursos, principalmente humano, por suprimir a necessidade de um novo processo licitatório a cada final de exercício.”

Considerando que as necessidades relacionadas aos serviços de brigada, que têm natureza continuada, o contrato pode ser prorrogado por interesse das partes até o limite máximo permitido em Lei, tendo em vista que tal medida racionaliza o processo de gestão contratual e reduz os custos decorrentes.

Tal iniciativa encontra amparo na Orientação Normativa nº 38, de 13.12.2011 da Advocacia-Geral da União (AGU), que possibilita a celebração de contratos com prazo inicial de vigência superior a doze meses “nos casos em que, diante da peculiaridade e/ou complexidade do objeto, fique tecnicamente demonstrado o benefício advindo para a administração”.

Conforme citação abaixo a Nova Lei de Licitações, Lei 14.133/2021, prevê em seus artigos 106 e 107:

A possibilidade de estabelecer contratos com duração de até 5 anos, com a possibilidade de prorrogar até o limite de 10 anos, na forma que segue:

“Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

I – a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II – a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III – a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

§ 1º A extinção mencionada no inciso III do caput deste artigo ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data;

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada à vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.”

Nesse sentido, os serviços de brigada poderão ter o prazo de até 10 anos, período em que se acredita ser adequado para os serviços continuados, vislumbrando a economia processual e de gestão. Cabendo à contratante, verificar a economicidade, de acordo com suas particularidades.

Em atenção ao disposto no art. 106, inciso I, supra, constar dos autos deste processo atesto da vantajosidade econômica, pela autoridade competente, em razão da contratação pelo prazo de até 5 anos, tendo em vista as seguintes vantagens:

- a) geração de estabilidade no negócio devido ao prazo de amortização dos custos de investimento, inclusive ocasionando possível redução no valor das propostas;
- b) relacionamento duradouro, de parceria e confiança;
- c) redução de incertezas do fornecedor;
- d) redução de custos processuais com renovações

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 A tabela abaixo descreve as quantidades a serem contratadas em consonância com o DFD (SEI nº 0917991)

ITEM	Descrição	Unidade de Medida	CBO	CATSERV	Quantidade
1	Chefe de brigada (Líder) Diurno	Posto	5103-05	25550	2
2	Brigadista Particular Diurno	Posto	5771-10	25550	8
3	Brigadista Particular Noturno	Posto	5771-10	25550	4
Total de Empregados					14

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 6.655.384,60

Estimativa do Valor da Contratação

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CBO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Chefe de Brigada (Líder) Diurno	5103-05	25550	Posto de trabalho	2	R\$ 14.274,88	R\$28.549,76
2	Brigadista Particular Diurno	5771-10	25550	Posto de trabalho	8	R\$ 11.842,52	R\$94.740,16
3	Brigadista Particular Noturno	5771-10	25550	Posto de trabalho	4	R\$ 13.367,53	R\$53.470,12
Valor Global Total Anual (Serviços/ mão de obra+ Materiais)							
Total Estimado Mensal Mão de Obra (R\$)							R\$176.760,04
Total Estimado Anual Mão de Obra (R\$)							R\$2.121.120,48
Total Materiais Sob Demanda Mensal (R\$)							R\$ 8.111,75
Total Materiais Sob Demanda Anual (R\$)							R\$97.341,05
Total Geral Mensal (Serviços/ mão de obra+ Materiais)							R\$ 184.871,79

Total Geral Anual (Serviços/ mão de obra+ Materiais)	R\$ 2.218.461,53
Total Geral 36 (meses) (Serviços/ mão de obra+ Materiais)	R\$ 6.655.384,60

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução é indivisível, uma vez que cada brigada de incêndio deve ser contratada com um fornecedor apenas, de forma a propiciar a coesão e unicidade da gestão administrativa dos profissionais e técnica da sua atuação, bem como para responsabilização pela prestação dos serviços na forma contratada e exigida nas normas que regulamentam a profissão e as atividades que cabem à brigada. A coesão é indispensável, uma vez que o conjunto de profissionais forma a brigada, que atua organizada como equipe. Ainda, nos casos em que a formação da brigada exige a atuação de mestre e/ou líder de brigada, ficaria prejudicada a necessária subordinação dos brigadistas aos profissionais responsáveis por liderá-los, se contratados de empresas diversas. de mestre e/ou chefe.

De igual forma, o fornecimento dos materiais e insumos necessários para a atuação da brigada é mais adequado ser realizado pela mesma empresa contratada para a alocação dos profissionais, de forma a não possibilitar qualquer controvérsia sobre a responsabilidade pela sua manutenção em quantidade e em condições perfeitas de uso, uma vez que sua guarda e utilização ficarão restritos aos seus empregados. Neste ponto, cumpre lembrar que os equipamentos(não consumíveis) serão fornecidos em regime de comodato.

Comumente, as empresas que atuam no mercado não são especializadas em um único tipo de serviço, sendo especializadas na administração de mão de obra em geral. Assim, um eventual parcelamento não ampliaria a competitividade da licitação e potencialmente aumentaria o custo da contratação.

O Tribunal de Contas da União entende que não se revela benéfico o parcelamento da contratação de serviços terceirizados. Isso porque as empresas que atuam no mercado não são especializadas em tipo específico de serviço, sendo especializadas na administração de mão de obra em geral. Assim, um eventual parcelamento não ampliaria a competitividade da licitação e potencialmente aumentaria o custo da contratação, uma vez que, se empresas diversas ganharem a prestação de diferentes serviços dessa natureza, o valor fixo por posto tende a ser maior (Acórdão nº 1214/2013-P).

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Esse objeto não permite contratações correlatas e/ou Interdependentes.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A pretendida contratação encontra-se prevista no Plano Contratação Anual para o exercício de 2024, conforme ID nº 320004/000012/2024, do detalhado documento Plano de Contratação anual 2024.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os benefícios pretendidos com a contratação são:

- Proteção do patrimônio do MME, mediante a prevenção e controle de incêndio e atividades relacionadas à saúde do servidor e primeiros socorros básicos.
- Garantia da segurança da população fixa e flutuante do ministério, como a preservação do patrimônio institucional;
- Continuidade dos serviços de brigada de incêndio;
- Cumprimento das determinações do CBMDF nas suas normas técnicas e demais legislações.

14. Providências a serem Adotadas

As providências a serem adotadas para viabilizar e dar sequência a este Estudo Preliminar Digital visando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de prevenção e combate a princípios de incêndios e acidentes, incluindo fornecimento de material de brigada, para atender as necessidades do Ministério de Minas e Energia (MME), em Brasília-DF serão:

A elaboração do Termo de Referência, para nortear a licitação e sua aprovação pela autoridade competente, elaboração do edital, processamento da licitação e em seguida a contratação da (s) empresa (s) vencedora (s), visto que os recursos a serem necessários para ser empenhados em 2024 consta do Planejamento e Gerenciamento de Contratações do Órgão.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Critérios e práticas de sustentabilidade:

Para a execução dos serviços, em aspectos gerais, atinentes à sustentabilidade ambiental, a contratada deverá observar e adotar as normas federais, e no que couber, obedecer aos critérios contidos na Instrução Normativa SLTI /MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e Decreto nº 7.746 de 5 de junho de 2012 e alterações posteriores;

Adotar boas práticas de otimização da utilização dos recursos e de redução de desperdícios, tais como treinamento /capacitação periódico dos empregados sobre boas práticas voltadas ao consumo consciente, redução de desperdício dos recursos naturais e coleta coletiva;

Só será admitida a utilização de equipamentos e materiais de intercomunicação (como rádios, lanternas e lâmpadas) de menor impacto ambiental.

É dever da contratada o aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

No que se refere à obrigatoriedade da presente contratação estar alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável

(PLS), além de outros instrumentos de planejamento da Administração, informamos que o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) do MME se encontra em fase de elaboração em conformidade com o que determina a portaria SEGES/MGI nº 5376, de 14 de setembro de 2023. Sendo assim, quando o novo PLS, seguindo o modelo de referência disponibilizado, iniciar sua implementação, a contratante deverá disponibilizar o conteúdo para a contratada capacitar, no que couber, a equipe.

A CONTRATADA deverá tomar todos os cuidados necessários para que da consecução dos serviços não decorra qualquer degradação ao meio ambiente.

A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que forem causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades.

A CONTRATADA deverá orientar seus funcionários, sobre a redução de consumo de papel, de energia elétrica, de água e educação de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

É de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para a execução dos serviços, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos.

O Ministério de Minas e Energia com o propósito de contribuir com a implementação de políticas públicas voltadas a utilização de meios que contribuam para amenizar a agressão ao meio ambiente e sua preservação, recomenda ações mínimas, a serem adotadas pela CONTRATADA, conforme abaixo:

- a) Recomenda-se que as luzes sejam desligadas quando a ausência no recinto for superior a 15 minutos;
- b) Durante horários de pouca iluminação natural, acender apenas as luzes das áreas que estiverem sendo ocupadas;
- c) Comunicar ao CONTRATANTE sobre equipamentos com mau funcionamento ou danificados como lâmpadas queimadas ou piscando, zumbido excessivo em reatores de luminárias e mau funcionamento de instalações energizadas; e
- d) Ao abrir ou fechar cortinas, ou persianas, verificar se estas não se encontram impedindo a saída do ar-condicionado ou aparelho equivalente;

Sendo assim, para a execução dos serviços, a contratada deverá conhecer as normas federais, estaduais e municipais, relativas a critérios e práticas de sustentabilidade adotada pelo MME, para capacitar e informar a equipe, quando couber (Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, disponível em <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-decontratacoessustentaveis-set-2023.pdf>).

Adotar boas práticas de otimização da utilização dos recursos e de redução de desperdícios, tais como treinamento/capacitação periódico dos empregados sobre boas práticas voltadas ao consumo consciente, redução de desperdício dos recursos naturais e coleta coletiva;

Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança de trabalho conforme os normativos regulamentadores vigentes, no que couber.

Outras práticas sustentáveis poderão ser descritas oportunamente no Termo de Referência.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria Nº 467/SPOA/SE/MME, DE 02 DE julho DE 2024

ALVANIR DA SILVA CARVALHO

Responsável pela contratação direta



Assinou eletronicamente em 16/01/2025 às 16:23:26.

Despacho: Portaria Nº 467/SPOA/SE/MME, DE 02 DE julho DE 2024

WILMA SALES FERREIRA NUNES ROSA

Membro da comissão de contratação

Despacho: Portaria Nº 467/SPOA/SE/MME, DE 02 DE julho DE 2024

ONILDE APARECIDA BATISTA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 16/01/2025 às 16:38:15.

Despacho: Portaria Nº 467/SPOA/SE/MME, DE 02 DE julho DE 2024

WELLINGTON DE SOUSA PEREIRA

Equipe de apoio

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara que a presente contratação é viável a partir da justificativa apresentada e que os requisitos especificações são adequados à continuidade da contratação, bem como às necessidades de fiscalização do contrato